

Trump adia tarifas sobre União Europeia para 9 de julho

O presidente Donald Trump anunciou neste domingo (21) o adiamento da tarifa de 50% sobre produtos da União Europeia, que estava prevista para entrar em vigor em 1º de junho. Agora, a medida poderá ser aplicada a partir de 9 de julho, o que, segundo ele, permitirá mais tempo para negociações com o bloco europeu.

A decisão veio após uma conversa telefônica com Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, que, segundo Trump, demonstrou interesse em negociar seriamente. “Ela disse que quer se reunir rapidamente para ver se conseguimos chegar a um acordo”, declarou o presidente a jornalistas em Nova Jersey.

Na sexta-feira anterior, Trump havia ameaçado aplicar a tarifa diante do que chamou de “barreiras comerciais injustas” por parte da UE, o que causou forte queda nos mercados financeiros, agravada também pela possibili-

dade de uma tarifa de 25% sobre iPhones fabricados fora dos EUA.

O adiamento parece ter acalmado temporariamente os ânimos. Em sua rede social, Trump disse ter sido um “privilegio” conceder o novo prazo. Von der Leyen afirmou que a UE está pronta para avançar “rapidamente e com decisão” nas negociações, destacando a importância da relação comercial com os EUA.

Fonte: CBS

Reprodução/The White House



Trump assina decreto com mudanças no sistema eleitoral e cita Brasil como exemplo

EUA anunciam restrição de visto contra autoridades estrangeiras

Medida foi anunciada pelo secretário de Estado Marco Rubio, que citou a América Latina e indicou possível sanção contra Alexandre de Moraes

O governo dos Estados Unidos anunciou, nesta quarta-feira (28), uma nova política de restrição de vistos direcionada a autoridades estrangeiras que, segundo Washington, estejam envolvidas em ações de censura contra cidadãos norte-americanos. A medida foi divulgada pelo secretário de Estado Marco Rubio, que mencionou a América Latina como uma das regiões de foco da nova diretriz.

“Por muito tempo, americanos foram multados, assediados e até processados por autoridades estrangeiras por exercerem seu direito à liberdade de expressão. Isso não será mais tolerado”, afirmou Rubio em publicação na rede X (antigo Twitter). Segundo ele, estrangeiros que “minam os direitos dos americanos” não devem manter o privilégio de entrada no país.

O secretário não detalhou

quem serão os alvos da restrição, nem quando ou como as sanções entrarão em vigor. No entanto, o anúncio ocorre poucos dias após Rubio afirmar ao Congresso americano que há “grande possibilidade” de sanções contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, com base na Lei Magnitsky, que permite penalizar estrangeiros acusados de violar direitos humanos.

Rubio respondeu ao deputado republicano Cory Mills, aliado do ex-presidente Donald Trump e próximo da família Bolsonaro, que vem acusando Moraes de atuar politicamente contra opositores do governo brasileiro. Mills declarou que o Brasil vive um “retrocesso alarmante nos direitos humanos” e que Jair Bolsonaro estaria perto de se tornar “um preso político”.

Em nota, o Departamento de Estado norte-america-



Secretário de Estado Marco Rubio

no reforçou a posição do governo, criticando autoridades estrangeiras que, segundo o comunicado, atuam para censurar cidadãos e empresas dos Estados Unidos sem qualquer autoridade legal para isso. O texto cita casos de ameaças de prisão e tentativas de impor políticas de moderação de conteúdo às plataformas digi-

tais americanas.

“É inaceitável que autoridades estrangeiras emitam ou ameacem emitir mandados de prisão contra cidadãos ou residentes dos EUA por postagens feitas em plataformas americanas enquanto estão em solo americano”, concluiu o Departamento.

Fonte: G1

Suprema Corte limita exigências ambientais e acelera obras de infraestrutura

A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu nesta quinta-feira (8 a 0) impor limites ao escopo dos estudos de impacto ambiental exigidos por lei federal, o que deve acelerar a liberação de grandes projetos de infraestrutura e energia em todo o país. A decisão favorece diretamente a construção de uma ferrovia de 142 km que ligará o estado de Utah ao Colorado, pensada para o transporte de petróleo bruto da região.

O caso, o primeiro em duas décadas sobre a Lei Nacional de Política Ambiental (NEPA), discutia até que ponto os estudos ambientais devem avaliar impactos indiretos, como os causados por atividades futuras associadas ao projeto. O tribunal decidiu que a NEPA impõe ape-

nas exigências processuais limitadas e não obriga as agências federais a analisar efeitos distantes, como riscos a rios, poluição em áreas remotas ou emissões futuras de carbono.

A decisão foi redigida pelo juiz Brett Kavanaugh, que criticou o uso excessivo da NEPA como ferramenta para atrasar obras: “Uma pequena semente legislativa de 1970 virou um carvalho judicial que atrasa o desenvolvimento sob o pretexto de exigir apenas mais um pouco de análise. Um ajuste de rota é necessário para alinhar a lei ao bom senso e ao texto legal.”

A ferrovia em questão passou por anos de análises ambientais, resultando em um relatório de mais de 3.600 páginas. Grupos ambientalistas, no entanto, con-

testaram a avaliação, alegando que ela ignorava impactos secundários como vazamentos de petróleo, incêndios causados por faíscas de trens e efeitos climáticos. O Tribunal de Apelações do Distrito de Columbia havia concordado com os ambientalistas, mas a Suprema Corte reverteu essa decisão.

A Procuradoria do Estado do Colorado lamentou o veredito, apontando o risco à segurança hídrica e às comunidades da região. Já os defensores da ferrovia celebraram o que chamam de fim da “burocracia paralisante”. Segundo eles, os possíveis impactos indiretos não são responsabilidade das agências ao aprovarem projetos específicos.

As juízas Sonia Sotomayor, Elena Kagan e Ketanji



Suprema Corte dos EUA

Brown Jackson concordaram com o resultado, mas escreveram opiniões separadas para justificar suas razões. A

decisão também foi bem recebida por especialistas em direito da energia, que veem nela uma sinalização clara

para que o Judiciário seja mais deferente às agências técnicas do governo.

Fonte: ABC

Chefe da FEMA diz não saber sobre temporada de furacões

O chefe interino da Agência Federal de Gestão de Emergências dos EUA (FEMA), David Richardson, surpreendeu colegas de trabalho ao afirmar, durante uma reunião matinal nesta segunda-feira (2), que não sabia da

existência da temporada de furacões no país. A declaração, feita no encerramento do tradicional briefing das 8h30, deixou muitos funcionários confusos e desmotivados, segundo fontes internas ouvidas pela imprensa

americana.

Richardson, ex-oficial da Marinha e à frente da FEMA desde o início de maio, teria feito o comentário diante de centenas de funcionários e parceiros da agência. Ainda que alguns acreditem que a

fala tenha sido uma piada, outros consideraram o tom inadequado, especialmente diante do ambiente interno já desgastado por demissões, testes de polígrafo e mudanças na liderança.

Um porta-voz do Depar-

tamento de Segurança Interna tentou minimizar o episódio, afirmando que o comentário foi deturpado e que a agência segue focada em sua missão de resposta a desastres. A temporada de furacões no Atlântico come-

çou oficialmente em 1º de junho e vai até novembro. A NOAA, agência de monitoramento climático dos EUA, prevê uma temporada acima da média em 2025, com até 19 tempestades nomeadas.

Fonte: CBS